



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 Mais
Ciência

DAS CINZAS MAIS QUE A MEMÓRIA: LUTA PELA TERRA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL

Orientador: Eduardo Cardoso Daflon

Bolsista: Roberta Chagas Manhães Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
2022/2023



SUMÁRIO

ALTERAÇÕES	3
RESUMO	3
INTRODUÇÃO	5
REVISÃO DE LITERATURA	5
MATERIAIS E MÉTODOS	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	10
REFERÊNCIAS	13

ALTERAÇÕES

Em contraste com a proposta inicial, ocorreram diversas mudanças ao longo do processo que foram motivadas pelas demandas das leituras. Além disso, houve ajustes em função de uma demanda maior de trabalho para algumas etapas da pesquisa que fizeram com que o tempo máximo do projeto se impusesse e recortes fossem necessários. No projeto inicial seria feito roteiros de aulas externas voltadas para as escolas do campo.

Após diversas conversas com o orientador, houve a percepção da escassez de materiais didáticos que explorassem e relacionassem a história local e a do campo. Por isso, foi decidido a mudança do produto para um material de apoio didático. Esse material é composto de uma reflexão de conceitos como: história local, aula histórica, consciência histórica, contextualização da luta de terras no território de Campos dos Goytacazes. Algo de grande relevância para a educação do campo também por ser um material didático para ser usado em sala de aula com um estudo de caso do Fernando Santo Cruz, com documentos e fotos tiradas na usina Cambaíba.

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir para o ensino de história do município de Campos dos Goytacazes, preservando a memória coletiva e construindo uma educação que valoriza as identidades regionais. Esse projeto produz um material de apoio didático para uso em sala de aula pelos docentes da rede pública municipal campista.

Esta pesquisa tem como base a metodologia da aula histórica, conceito elaborado por Maria Auxiliadora Schmidt, que dá destaque aos alunos como protagonistas da aula, oferecendo a eles fontes primárias para participarem do processo de construção de conhecimento. Como recorte regional, a pesquisa se baseia na produção de um material para a educação municipal de Campos e para embasar esse recorte uso o conceito de história local. Costa (2019) afirma que a utilização da *história local* pode

alcançar seu próprio valor como ponto inicial para a construção do pensamento histórico dentro da sala de aula.

Visando a viabilidade do uso desse plano de aula foi escolhido um estudo de caso e um jogo de escala, justapondo o Macro e Micro interrelacionados e sobrepostos para que o estudante possa alcançar onde o local e o geral se distanciam e se relacionam (COSTA, 2019).

O material de apoio didático é constituído através da história de Fernando Santa Cruz, um ex-militante, estudante de direito da Universidade Federal Fluminense, que foi perseguido, assassinado e morto no período ditatorial brasileiro. A história de Fernando se relaciona com o território campista após seu corpo ser encontrado dentro dos fornos da Usina Cambaíba¹.

O corpo de Fernando Santa Cruz, como o dos outros 12 corpos encontrados, explicitam a violência sofrida por inúmeros estudantes e militantes dentro da ditadura. Esse material, pensado e estruturado para ser usado nos conteúdos: (EF09HI19) *Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos* e (EF09HI20) *Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar* retirados diretamente do site oficial de conteúdos de História da BNCC², evidencia reflexos da ditadura na cidade de Campos dos Goytacazes.

1

<https://g1.globo.com/ri/norte-fluminense/noticia/2014/08/ex-delegado-conta-em-detalhes-como-os-corpos-eram-incinerados-em-usina.html>

² <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

INTRODUÇÃO

Reconhecendo a necessidade e as especificidades do ensino de história e educação do campo e sua relevância, a pesquisa propõe refletir sobre o ensino de história na cidade de Campos dos Goytacazes e disponibilizar um material de apoio didático para a viabilização de uma aula história dentro das escolas da rede pública municipal campista. O projeto analisa e propõe métodos para introduzir documentos, relatos e fontes imagéticas para dentro de sala de aula.

Para possibilitar a construção desse material é de suma importância entender alguns conceitos básicos como história local, aula histórica, consciência histórica, transposição didática e refletir como introduzir cada conceito para a realidade educacional municipal de Campos dos Goytacazes.

Relatadas as problemáticas e reflexões específicas do projeto, a pesquisa entrega um material de apoio didático composto pelos documentos relativos à perseguição e assassinato do ex-militante Fernando Santa Cruz, durante o governo Geisel ao decorrer da ditadura brasileira. Parte do seu corpo foi possivelmente encontrado incinerado dentro da Usina Cambaíba, localizada em Campos dos Goytacazes.

REVISÃO DE LITERATURA

A revisão que será apresentada a seguir é baseada nas leituras sobre ensino de história, história regional, educação do campo e um estudo de caso sobre a violência do período ditatorial brasileiro em Campos dos Goytacazes.

Como foi citado anteriormente, a aula histórica elaborada por Schmidt consiste em disponibilizar ao discente, fontes primárias que o instiguem a participar do processo de construção de conhecimento dentro da sala de aula. Essa prática desenvolvida por Schmidt se distancia da concepção da transposição didática que encontramos comumente nas salas de aula. Bittencourt (2011) descreve a transposição didática ponderando as disciplinas escolares como dependentes de um acúmulo de conhecimentos científicos e eruditos. Para que esse conhecimento seja relacionado

pelos estudantes, a didática realiza a função de transpor esses saberes, Esse modelo de ensino fortalece a ideia de uma hierarquia de conhecimentos, a qual a disciplina escolar é inferiorizada (BITTENCOURT, 2011).

Para compreender como essa aula deve ser utilizada, é de suma importância entender o papel do educador nesse processo de condução da aula histórica. Apesar do protagonismo atribuído aos estudantes, é de suma importância compreender o papel do educador na construção e condução da aula histórica. Dentro desse método de ensino, o professor deve conceder participação aos alunos na trajetória de produção do conhecimento histórico em sala de aula, oferecendo fontes primárias como ponto de partida de pesquisa aos mesmos. Entretanto, o intuito não é tornar os alunos em historiadores mas instigar o pensamento e transformar a consciência histórica (SCHMIDT, 2020).

O conceito de consciência histórica elaborado por Rüsen, é explorado por Schmidt (2011), que defende que a consciência histórica se relaciona aos processos de formação de pensamento que estruturam-a, sendo esta, conteúdos e conhecimentos do aprendiz que são adquiridos naturalmente em sua vivência. Ademais, Germinari (2016) defende que a consciência histórica pode ser observada como uma operação mental que determina um vínculo entre a *interpretação do passado, a compreensão do presente e a expectativa do futuro*.

Para que ocorra uma aula histórica, deve ser levado em consideração a consciência histórica de cada aluno e turma e isso interfere na escolha de conteúdos para que ocorra uma maior identificação do discente com a matéria. Essa pesquisa parte do ponto de ser necessário criar mais materiais didáticos que auxiliem nessa identificação e interesse e facilitem o plano de aula dos docentes da rede pública de Campos dos Goytacazes.

A importância dessa pesquisa se justifica na tentativa de instigar uma memória coletiva que coloque em foco identidades regionais dentro das aulas de história. Atallah (2019) expõe que a preservação e reverberação das práticas sociais e culturais de uma determinada sociedade corroboram a construção político-social da mesma. Analisando a formação do discente, a escola é compreendida como um espaço de disputa ao ser

um ambiente criado para construção de percepções sobre a sociedade e formação cidadã. Dentro do ensino de história, as relações de poder e apropriação do passado estão diretamente vinculadas à construção de uma memória coletiva (ATALLAH, 2019). O sentimento de pertencimento e composição de identidade não são unicamente pertencentes ao estado brasileiro (ATALLAH, 2019). Assim, é indubitável não relacionar a educação escolar como participante dessa formação na vivência do aluno.

Com o fito de alcançar os objetivos do projeto, analisei a importância do uso da história local. A utilização da história local pode alcançar seu próprio valor como ponto inicial para a construção do pensamento histórico dentro da sala de aula (COSTA, 2019). Costa (2019) defende que a história local promove o pertencimento e o conhecimento dos discentes ao utilizarem de fontes primárias (arquivos, jornais, monumentos, espaços de memória), de seus espaços locais. Um trabalho baseado em história local pode se tornar uma boa oportunidade para os professores e os alunos produzirem conhecimento e construir uma educação focada na autonomia e proatividade dos discentes (COSTA, 2019). Saindo um pouco dos conceitos bases voltados à construção de uma aula de história no município de Campos dos Goytacazes, irei trazer uma reflexão sobre a educação no campo e o território campista como espaço de disputa.

Segundo Delma Pessanha Neves, o processo de modernização agrícola e a urbanização alteraram o equilíbrio do universo rural, alcançando que a tecnologia direcionada ao campo concentrou-se no domínio de uma elite usineira, restando o pequeno produtor rural. Outrossim, apesar das relações trabalhistas sofrerem uma transformação com as demandas do sistema capitalista, a influência e domínio dos usineiros e grandes produtores sob os pequenos produtores rurais eram mantidas (NEVES, 1989).

Contudo, mesmo essa relação existindo, Neves (1989) afirma que a criação de leis trabalhistas foram benéficas ao trabalhador do campo, garantindo-lhe um regulamento de vínculo com seu patrão, limitando a exploração dos usineiros. Necessário evidenciar que o trabalhador do campo, assalariado ou não, não possui terras próprias para plantio, pela grande concentração fundiária dos usineiros (MOREIRA, 2020).

Campos dos Goytacazes se tornou foco de conflitos, tendo a ocupação de terras

e a reforma agrária, com colaboração ativa do MST, como alguns dos principais motivadores desses conflitos. Após o desmembramento da relação de troca e parceria, monopolizada pelo extinto colonato, e a anexação do assalariamento modificaram a identidade homem-camponês. Apesar de ainda haver características de domínio dos patrões aos trabalhadores do campo, fomentou-se inúmeros atos e movimentos sociais de resistência (MOREIRA, 2020).

Utilizando o livro de Roseli Salette Caldart *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, com o intuito de compreender com maior profundidade o trabalho educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é fundamental analisar o movimento além da conquista da terra e sim, como agente educador e formador de indivíduos, tendo como um dos seus objetivos principais o resgate ao conhecimento gerado no campo e sua perpetuação (CALDART, 1999).

Se aprofundando na educação do campo, esses conflitos por terra ultrapassam a terra e refletem no âmbito educacional com uma disputa pelo modelo de educação que será utilizado dentro das salas de aulas no território campista (CORDEIRO, 2013). A necessidade de pesquisar e estudar sobre a educação do campo se mostra presente ao surgir com o questionamento da falta de escolas nos acampamentos e assentamentos e nos conteúdos trabalhados dentro das instituições escolares (GERMINARI, 2016).

Germinari (2016) continua demonstrando a importância da escola do campo, pois a mesma cumpre um papel privilegiado para a valorização, conhecimento e manutenção da cultura dos moradores e trabalhadores do campo, mantendo o valor às práticas cotidianas e modo de vida desses sujeitos.

Após justificar e contextualizar a importância do estudo e investimento de pesquisas sobre a educação do campo, pensando em construir uma educação que dialogue com os alunos de escolas rurais, e expor o contexto social vivido pelos trabalhadores do campo em solo campista, seguiremos para a apresentação de um material didático elaborado para as escolas municipais da cidade de Campos dos Goytacazes.

O plano de aula se intitula *A violência em Cambaíba durante o período da ditadura. Quem são esses corpos?*, o material de apoio didático propõe refletir sobre a

realidade do Regime Ditatorial Brasileiro no território de Campos dos Goytacazes reunindo documentos e relatos do desaparecimento e assassinato de Fernando de Santa Cruz, ex-militante e estudante da Universidade Federal Fluminense que foi possivelmente encontrado morto e queimado dentro dos fornos da Usina de Cambaíba, localizada no município campista.

Os relatos e informações desse material, sobre o Fernando Santa Cruz, foram retirados de uma audiência da Comissão da Verdade, realizada em São Paulo. Ao decorrer dessa audiência, ocorrida no dia 20 de fevereiro de 2013, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foram escutados colegas, pesquisadores e familiares do Fernando, com o fito de julgar o crime de desaparecimento político e assassinato silenciado durante o período ditatorial³. A comissão tinha como principal objetivo esclarecer e tornar público a história de inúmeros indivíduos que foram torturados, desaparecidos e/ou mortos por profissionais pertencentes ao regime ditatorial. Nessa comissão foram revelados os acontecimentos do dia do desaparecimento, a luta da família atrás de um habeas corpus, relatos dos familiares e nomes de possíveis suspeitos da morte e sumiço de Fernando.

Dentro do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, escrito por um ex delegado do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), é descrito que Fernando Santa Cruz e outros 9 desaparecidos políticos foram assassinados e incinerados no forno da Usina de Cambaíba, a qual se encontra localizada no município de Campos dos Goytacazes.

Pensando em realizar uma aula histórica, seguindo o conceito elaborado por Schmidt, o docente pode imprimir ou disponibilizar virtualmente os documentos relacionados em anexo no material de apoio didático e entregar aos alunos para que os discentes possam iniciar uma investigação desses materiais. Perguntas norteadoras a serem elaboradas com os alunos podem partir do: *O que conseguimos entender do período em que os acontecimentos com o Fernando Santa Cruz ocorreram pelas informações dos documentos? Quais poderiam ser as motivações que fizeram o Fernando Santa Cruz ser perseguido e assassinado? Como o território de Campos dos Goytacazes participa dos acontecimentos?*

³ 6ª Audiência Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" - Caso Fernando Santa Cruz.

As perguntas acima não são as únicas que podem ser elaboradas com o material, sendo incentivado que os alunos adicionem outros questionamentos após o contato com os documentos disponíveis. Utilizando a relação histórica de Micro e Macro, esse material tem como objetivo auxiliar os discentes da rede pública de ensino campista, a relacionar a cidade em que vivem com as matérias disponíveis pela BNCC no campo da história. Ademais, fomentar no aluno, o sentimento de pertencimento e reconhecimento dentro da história do Brasil e de Campos dos Goytacazes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao longo do período de execução da pesquisa, coloquei o foco principal em leituras que me permitiram ter uma visão teórica e mais analítica dos tópicos analisados e escolhidos por intermédio entre eu e meu orientador. No último semestre pude encontrar e realizar leituras de inúmeros documentos e relatos do caso de Fernando Santa Cruz. Foi feita uma busca por materiais imagéticos e fontes primárias que possam compor os programas didáticos.

Para além de leituras, como parte do aprofundamento no caso do Fernando, visitei a usina Cambaíba. Nessa visita pude registrar imagens da usina e em conversas informais com moradores do acampamento Cícero Guedes, localizado ao lado da usina, e com participantes ativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pude me apropriar melhor da história daquela usina e os reflexos que a luta de terra reverberaram e reverberam naquela região.

Para a viabilização do material de apoio didático, como foi falado anteriormente, foi usado o jogo de escala como recurso base para a estruturação do material.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura de textos base e específicos sobre os temas pré determinados, a pesquisa apresentada contempla discussões e análises sobre a educação no campo e

métodos de introduzir a fonte primária para dentro de sala de aula. Ademais, é possível concluir a necessidade de reconhecer as especificidades do ensino de história no campo e sua relevância dentro da rede pública de ensino de Campos dos Goytacazes.

A professora e geógrafa Tássia Cordeiro expõe que a cidade de Campos dos Goytacazes foi líder no processo de retração da oferta de educação infantil em escolas rurais, com um total de 8 escolas esvaziadas durante o período analisado (2007 - 2010). Considerando a instituição escolar rural como um campo de disputa, é significativo analisar que o fechamento de diversas escolas rurais, as políticas de esvaziamento do campo e afastamento dos estudantes ao material de trabalho e ensino da sua realidade, fortalecem o apagamento histórico e fortalecem a idealização do campo como local de retrocesso. Essas ocorrências podem ser consideradas como exemplificação e consequência dessa disputa. Para a construção de uma educação no campo eficiente, é de suma importância compreender que o aprendizado dos conteúdos de história deve ser visto para além de um processo exclusivamente cognitivo.

Em seu texto, Schmidt (2011) confirma que dentro do aprendizado histórico perpassa os pontos de vistas emocionais, estéticos e de interesses do aluno. Os resultados desse aprendizado não estão vinculados apenas à interpretação do passado humano, sendo cada discente capaz de produzir a sua aprendizagem única vinculado aos pontos de vistas divergentes adquiridos ao longo da sua vida.

Para alcançar um ensino de história que incorpore a realidade vivenciada pelos moradores do campo de Campos dos Goytacazes e possa ser utilizada para estimular um papel social na construção da identidade e formação do cidadão, Costa (2019) defende que a história local promove o pertencimento e o conhecimento dos discentes sobre sua própria realidade ao utilizarem de fontes primárias de sua cidade, bairro ou estado.

Para que ocorra a história local, exposta por Costa (2019), esta pesquisa, que foi formulada em conjunto com o projeto Mais Ciência, utiliza o conceito de aula histórica formulado por Maria Auxiliadora Schmidt. Esse conceito, a qual toda a pesquisa é baseada, consiste na reformulação da relação ensino-aprendizagem dentro das aulas de história. A autora, Schmidt (2020) defende a produção de um conhecimento

histórico, dentro de sala de aula, com o aluno sendo produtor desse conhecimento.

Como resultado foi possível construir e estruturar um material didático de apoio, para ser utilizado em sala de aula, por professores de história que atuam na rede de ensino municipal de Campos dos Goytacazes. Esse material foi produzido com a temática: A violência em Cambaíba durante o período da ditadura, quem são esses corpos?;

Esse material contém documentos coletados para serem usados como fonte primária dentro da sala de aula, fontes imagéticas e relatos com pessoas que vivenciaram e estudaram o caso de Fernando Santa Cruz. Com o objetivo de publicitar os resultados e conclusões da pesquisa desenvolvida e torná-la mais acessível a todo público, foram criados e estão sendo postados cards no instagram de acesso público. Essas publicações estão sendo construídas em formato de carrossel com informações curtas e simplificadas para o maior alcance entre alunos de diversas idades e outros cidadãos interessados. É possível encontrá-las no instagram do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (neruuff).

Após a entrega do material e do relatório, está programado para o mês que vem a realização de uma participação minha no podcast do PET História da UFF-Niterói para relatar os resultados e o processo de pesquisa, reflexão e análise do projeto.

REFERÊNCIAS

ATALLAH, Claudia. *Ensino de História, memória e regionalismo - uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes*. MÉTIS: história & cultura – 2019, p.245-265.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “O que é disciplina escolar”. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011. pgs. 31-55.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). rev. e atual. *Comissão Nacional da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: 2013

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORDEIRO, Tássia. *Reorganização espacial da oferta escolar: o fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro*. Revista *Tamoios*, v. 9, 2013.

COSTA, Aryana. *História Local*. In FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida de (Orgs). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76.

1996

GERMINARI, Geyso Dongley. *O ensino de história local e formação da consciência histórica: possibilidades para educação do campo*. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 761-776, nov. 2016.

GONÇALVES, Rita de Cássia; GERMINARI, Geyso Dongley. *Livro didático do PNLD campo: considerações sobre ensino de História em escolas localizadas no campo*. História & Ensino, v. 25, n. 1, 2019.

MOREIRA, Daiana Junqueira. *Trabalhadores Rurais em Campos dos Goytacazes: Formas Cotidianas de Trabalho e Realidade Social (1920-1950)*. Campos dos goytacazes: UFF, 2020.

NEVES, Delma Pessanha. *Por trás dos verdes canaviais: Estudo das condições sociais de constituição e das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiros*. Niterói: EDUFF, 1989, p. 1-76.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Didática Reconstructivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, *Estevão de Resende Martins*. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

ACERVO PE - PERNAMBUCO. Disponível na internet via correio eletrônico:
<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/fernando-augusto-santa-cruz-oliveira>

APÊNDICES

Projeto Mais Ciência - Prefeitura de Campos dos Goytacazes

**DAS CINZAS MAIS QUE A MEMÓRIA: LUTA PELA TERRA,
EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL**

Roberta Chagas Manhães Rodrigues
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cardoso Daflon

**Universidade Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes
2023**

SUMÁRIO

1. CONCEBENDO UMA AULA DE HISTÓRIA REGIONAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	3
1.1 Aula histórica e história local	3
1.2 Território Campista como espaço de disputa e a educação do campo	7
2. PLANO DE AULA: A VIOLÊNCIA EM CAMBAÍBA DURANTE O PERÍODO DA DITADURA. QUEM SÃO ESSES CORPOS?	10
3. APÊNDICE: DOCUMENTOS E ANEXOS	14
4. REFERÊNCIAS	27

1. Concebendo uma aula de História Regional em Campos dos Goytacazes

1.1 Aula histórica e história local

Ao analisar o ensino de história no currículo de Campos dos Goytacazes, Atallah (2019) enfatiza que, na tentativa de construir uma memória coletiva, é de suma importância a valorização das identidades regionais dentro do ensino de história. A preservação e reverberação das práticas sociais e culturais de uma determinada sociedade corroboram a construção política-social da mesma (ATALLAH, 2019).

O autor Astrogildo Júnior (2010), afirma que ao longo da história da educação brasileira, o ensino de história obteve um papel social para a construção da identidade e formação do cidadão. Contribuindo para essa discussão, Atallah (2019) ressalta que o sentimento de pertencimento e composição de identidade não são unicamente pertencentes ao estado brasileiro. Assim, é possível relacionar a educação escolar como participante dessa formação na vivência do aluno.

Sendo esta, parte da formação do discente, a escola se torna um espaço de disputa ao ser um ambiente criado para construção de percepções sobre a sociedade e formação cidadã. Dentro do ensino de história, as relações de poder e apropriação do passado estão diretamente vinculadas à construção de uma memória coletiva (ATALLAH, 2019). Segundo, Atallah (2019), o currículo é construído em sala de aula, entretanto o professor efetua uma seleção entre os inúmeros conhecimentos da sociedade. A autora afirma:

A seleção realizada incluirá “opções culturais, políticas, éticas” que implicaram, por sua vez, a renúncia a outros discursos e saberes. Essas escolhas nunca caminharão sozinhas e revelarão interesses, “projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos” ou que se pretendem instituir. Essa seleção realizada compreende diversos estágios e está demarcada, em sua essência, pelo currículo, processo que constrói o conhecimento para a escola e se ressignifica a partir dela.
(ATALLAH, 2019, Pág 256)

Atallah (2019) encerra seu estudo ressaltando a importância de problematizar a falta de metodologia e estrutura para incluir a história regional na base curricular das instituições de ensino e as escolhas de protagonismos dentro da história. Este presente trabalho, tem como objetivo colocar em foco, histórias protagonizadas por grupos marginalizados que não aparecem nos livros didáticos de forma frequente. Para que ocorra esse incremento da história com um foco regional, Costa (2019) afirma que a utilização da *história local* pode alcançar seu próprio valor como ponto inicial para a construção do pensamento histórico dentro da sala de aula.

A primeira problemática apresentada por Costa (2019) é a falta de acesso fácil a materiais didáticos sobre *história local* para utilização dos professores em ambiente escolar. Ademais, a estruturação e produção dos materiais pedagógicos utilizam uma abordagem universal para se relacionar com o máximo de estudantes brasileiros, entretanto, esse procedimento anula o aprofundamento e conhecimento do aluno à história local (COSTA, 2019).

A autora afirma que para implantar um trabalho de *história local* dentro da sala de aula, os professores precisam desempenhar suas próprias pesquisas para recolher materiais. Com o fito de aproximar o docente aos materiais didáticos e fomentar a utilização da história local nas escolas municipais, essa pesquisa foi idealizada.

Costa (2019) defende que a *história local* promove o pertencimento e o conhecimento dos discentes ao utilizarem de fontes primárias (arquivos, jornais, monumentos, espaços de memória), de seus espaços locais. A autora observa o uso da história oral como:

Isso quer dizer, por outro lado, que um trabalho de história local é uma ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo, atendendo também às discussões psicopedagógicas que prezam por uma educação centrada na promoção da autonomia, da responsabilidade e da proatividade dos alunos.
(COSTA, 2019, Pág 134)

Analisando a possibilidade de colocar o aluno como protagonista e produtor do conhecimento elaborado em sala de aula, Maria Auxiliadora Schmidt propõe o conceito de *aula histórica*. Proposta que visa a reformulação da relação ensino-aprendizagem dentro das aulas de história, a qual é contrária à transposição didática (SCHMIDT, 2020). Segundo a autora Circe Maria Fernandes Bittencourt, a transposição didática pondera as disciplinas escolares como dependentes de um acúmulo de conhecimentos científicos e eruditos. Para que esse conhecimento seja relacionado pelos estudantes, a didática realiza a função de transpor esses saberes, Esse modelo de ensino fortalece a ideia de uma hierarquia de conhecimentos, a qual a disciplina escolar é inferiorizada (BITTENCOURT, 2011)

Schmidt (2020) observa a sala de aula como ambiente de construção de sentidos, somando conhecimentos prévios dos alunos, suas vivências, concepções, à produção de aprendizagem dentro do espaço escolar. A autora defende a produção de um conhecimento histórico com o aluno sendo produtor desse conhecimento.

O aprendizado dos conteúdos de história deve ser visto para além de um processo exclusivamente cognitivo. Em seu texto, Schmidt (2011) confirma que dentro do aprendizado histórico perpassa os pontos de vistas emocionais, estéticos e de interesses do aluno. Os resultados desse aprendizado não estão vinculados apenas à interpretação do passado humano,

sendo cada discente capaz de produzir a sua aprendizagem única vinculado aos pontos de vistas divergentes adquiridos ao longo da sua vida.

Apesar do protagonismo atribuído aos estudantes, é de suma importância compreender o papel do educador na construção e condução da *aula histórica*. Dentro desse método de ensino, o professor deve conceder participação aos alunos na trajetória de produção do conhecimento histórico em sala de aula, oferecendo fontes primárias como ponto de partida de pesquisa aos mesmos. Entretanto, o intuito não é tornar os alunos em historiadores mas instigar o pensamento e transformar a *consciência histórica* (SCHMIDT, 2020).

Para melhor a compreensão dessa relação, a autora expõe:

Há que se levar em consideração o fato de que, apesar de ser comum a professores e alunos, a maneira pela qual cada um vivencia e assume as experiências, demandas e carências especificamente históricas de orientação temporal presentes na vida prática, não é a mesma. Professores e alunos são agentes diferenciados e com níveis de compreensão diferentes e é a partir desse pressuposto que o caminho em direção à ciência pode ser realizado. (SCHMIDT, 2020, Pág 138)

Visando se afastar da educação bancária, termo fundamentado por Paulo Freire em uma capítulo dedicado à concepção bancária, em *Pedagogia do Oprimido*, a qual o aluno é utilizado como depósito de conhecimentos. Nessa dinâmica o conhecimento é observado como uma doação do que se consideram sábios aos que julgam não saber nada (FREIRE, 1966). Discordante a esta prática de ensino, essa pesquisa se baseia na implementação da *aula histórica*.

A fim de realizar uma *aula histórica*, é importante entender o termo *consciência histórica* formulado por Jörn Rüsen. A *consciência histórica* se relaciona aos processos de formação de pensamento que estruturam a consciência, sendo essa estruturada composta por uma percepção de tempo e conhecimentos adquiridos pelo aprendiz naturalmente em sua vivência (SCHMIDT, 2011). Esses processos refletem na concepção e compreensão do discente ao conteúdo da história.

A consciência histórica pode ser observada como uma operação mental que determina um vínculo entre a *interpretação do passado*, a *compreensão do presente* e a *expectativa do futuro*, segundo Germinari (2016). Para que ocorra uma aula histórica, deve ser levado em consideração a consciência histórica de cada aluno e turma.

O texto produzido por Germinare, exemplifica a importância da seleção de conteúdos serem originados das problemáticas locais dentro da escola, utilizando a consciência histórica, trazendo o contexto vivenciado pelas crianças e adolescentes para a sala de aula. Segundo o

autor, analisando uma pesquisa realizada por Magne Angvik e Bodo von Borries em 1997, os jovens de países e culturas diferentes apresentaram percepções diversas sobre o passado, presente e futuro. Dessa forma, Germinari disserta sobre cultura expondo:

De modo geral, entende-se a cultura como algo vivido em um determinado lugar e tempo. Assim, ressalta-se que a cultura é um produto histórico de uma sociedade em um determinado período e salienta-se que seus elementos - artefatos, signos, símbolos e as linguagens, - demonstram as relações sócio-históricas nas quais o sujeito é ao mesmo tempo produtor e produto da cultura. É permitido também admitir abordagens específicas da cultura, como a cultura da escola, a cultura dos povos do campo ou a cultura da escola do campo.

(GERMINARI, 2016, Pág. 11)

A utilização dessa cultura dentro da sala de aula perpassa pela relação direta de fazer e refazer da cultura dominante. A manutenção da cultura dominante percorre pela educação do tipo escolar, com o material selecionado e transmitido aos discentes sendo baseado na manutenção de determinados conteúdos e exclusão de outros (GERMINARI, 2016). Schmidt (2020) recorda que no Brasil, o ensino de história foi construído subordinado à presença de grandes narrativas vinculadas aos poderes antigos e dominantes.

Junior (2010), expõe em seu texto o uso do ensino de história em diferentes períodos da história do Brasil e sua importância social com o papel na formação cidadã. A história voltada a grandes eventos e selecionando grandes homens não colocava as *pessoas comuns* em foco, afastando a identificação dos sujeitos com a sua própria história (JUNIOR, 2010)

Ao colocar em foco a figura do herói, não é possível classificá-lo sem antes contextualizá-lo utilizando a história. Para Atalla (2019), é dever da história, a manipulação da memória na seleção das pessoas, de uma comunidade, a serem vinculadas à imagem de herói. Essa seleção pode conservar o protagonismo de figuras históricas e, ou dar holofotes a outras figuras que não possuem o mesmo foco nos materiais didáticos.

Em uma tentativa de incluir a história local na grade curricular de Campos dos Goytacazes. Em 24 de março de 2011, foi aprovada a Lei 8.214, pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, que determinou a inclusão da história de Benta Pereira, Mariana Barreto, José do Patrocínio, Nilo Peçanha e Nina Arueira no currículo escolar (ATALLAH, 2019). Apesar do avanço em direção a valorização da história local, é fundamental a continuação de pesquisas para aumentar as opções de materiais para o professor utilizar em sala de aula.

Considerando a falta de material disponível para a introdução e engrandecimento da história de protagonistas locais, rompendo com a manutenção da cultura dominante, esse projeto foi idealizado para auxiliar os docentes em sala de aula.

Após uma breve análise conceitual e teórica da concepção da aula histórica em um enfoque regional do território de Campos dos Goytacazes, é crucial apresentar e relacionar o contexto de disputa territorial e a importância de construir uma educação voltada para o campo.

1.2 Território Campista como espaço de disputa e a educação do campo

Para compreender o estudo da educação voltada para o campo, previamente precisamos analisar o território de Campos dos Goytacazes como um espaço de disputa. Segundo Delma Pessanha Neves, o processo de modernização agrícola e a urbanização alteraram o equilíbrio do universo rural, alcançando que a tecnologia direcionada ao campo concentrou-se no domínio de uma elite usineira, restando o pequeno produtor rural. Outrossim, apesar das relações trabalhistas sofrerem uma transformação com as demandas do sistema capitalista, a influência e domínio dos usineiros e grandes produtores sob os pequenos produtores rurais eram mantidas (NEVES, 1989).

Contudo, mesmo essa relação existindo, Neves (1989) afirma que a criação de leis trabalhistas foi benéfico ao trabalhador do campo, garantindo-lhe um regulamento de vínculo com seu patrão, limitando a exploração dos usineiros. Necessário evidenciar que o trabalhador do campo, assalariado ou não, não possui terras próprias para plantio, pela grande concentração fundiária dos usineiros (MOREIRA, 2020).

Com a falta de publicações contextualizando e relacionando o território campista com a educação do campo, utilizo o trabalho de conclusão de curso, escrito por Daiana Junqueira Moreira, a qual estudou as formas cotidianas de trabalho e a realidade social dos trabalhadores rurais em Campos dos Goytacazes entre 1920 a 1950. Ao colocar em foco as relações sociais no município, utilizando a figura do usineiro como principal provedor da população local e concluindo que são hierarquizadas.

Após a desmembração da relação de troca e parceria, monopolizada pelo extinto colonato, e a anexação do assalariamento modificaram a identidade homem-camponês. Apesar de ainda haver características de domínio dos patrões aos trabalhadores do campo, fomentou-se inúmeros atos e movimentos sociais de resistência (MOREIRA, 2020).

Essa concentração fundiária, entre outros fatores, cooperou para que Campos dos Goytacazes se tornasse foco de conflitos, com principal deles na ocupação de terras e reforma agrária, tendo o MST como participante ativo dessas ocupações.

Ademais, é possível perceber uma disputa pelo modelo de educação que será utilizado dentro das salas de aulas no território campista. A autora Tássia, se baseando no conceito de estado ampliado de Gramsci, expõe que esse embate é marcado pelos conflitos da sociedade civil, com projetos vinculados ao agronegócio e aos movimentos sociais. Para além do conflito territorial, a permanência das escolas rurais também são focos de disputa no território campista (CORDEIRO, 2013).

A professora e geógrafa Tássia Cordeiro analisou o fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro, entre 2007 e 2010. A autora expõe que a cidade de Campos dos Goytacazes foi líder no processo de retração da oferta de educação infantil em escolas rurais, com um total de 8 escolas esvaziadas durante o período analisado. No ensino fundamental, Campos continua liderando com a redução de 19 escolas rurais. Posto que o número de escolas é significativo, é de suma importância ponderar que os números absolutos não se relacionam diretamente com a porcentagem de fechamento sem relação a manutenção das escolas pela extensão territorial de Campos dos Goytacazes ser superior a todas as cidades do estado do Rio de Janeiro (CORDEIRO, 2013).

Considerando a instituição escolar rural como um campo de disputa, é significativo analisar que o fechamento de diversas escolas rurais, as políticas de esvaziamento do campo e afastamento dos estudantes ao material de trabalho e ensino da sua realidade, fortalecem o apagamento histórico e fortalecem a idealização do campo como local de retrocesso. Essas ocorrências podem ser consideradas como exemplificação e consequência dessa disputa.

Empregando o livro de Roseli Salette Caldart *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, com o intuito de compreender com maior profundidade o trabalho educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é fundamental analisar o movimento além da conquista da terra e sim, como agente educador e formador de indivíduos, tendo como um dos seus objetivos principais o resgate ao conhecimento gerado no campo e sua perpetuação (CALDART, 1999).

Germinari (2016) afirma que ao focar na educação voltada para o campo, a mesma é uma consequência dos movimentos sociais de luta pela terra, surgindo com o questionamento da falta de escolas nos acampamentos e assentamentos e nos conteúdos trabalhados dentro das instituições escolares. A educação do campo posiciona a cultura dos povos desse espaço como foco principal, a fim de valorizar e propagar a herança cultural dos moradores e trabalhadores do campo (GERMINARI, 2016).

Para compreender melhor a formação dos sujeitos do campo, sem-terra, Caldart expõe:

Quer dizer, ao mesmo tempo que, enquanto ação e reflexão, o MST se insere na tradição da pedagogia que associa a educação com a formação de sujeitos sociais (personalidade e coletividade combinadas), ele está nos dizendo, através de sua trajetória histórica, que a matriz desde a formação pode ser um movimento social, através de processos políticos, econômica e socioculturais que compõem sua dinâmica, como produto e agente particular da sociedade, vista como aquele todo educante, de que já falaram alguns clássicos da pedagogia. Trata-se de pensar no movimento social como princípio educativo, ou seja como base de concepção de educação construída através da experiência humana de ser do MST.
(CALDART, 2000, Pág. 200)

A trajetória traçada sobre a educação escolar do MST é estruturada por três pontos fundamentais, inicialmente a mobilização das famílias sem-terra para conquistar o acesso a uma instituição de ensino que correspondesse com a realidade vivida por aquela comunidade. Ademais, a organização do movimento em massa para elaborar uma pedagogia própria e adaptada e a implantação dessas escolas em grande escala, fornecendo uma educação especializada para os moradores do campo (CALDART, 2000).

Caldart (2000), afirma que a escola rural, dentro dos movimentos sociais não diminui o valor pedagógico e político da escola tradicional e sim, amplia os conceitos dessa instituição, colocando-a em outra perspectiva. A educação no campo busca entender sua participação no movimento social que auxilia seu sustento e buscar compreender os sujeitos do campo, colocando questões próprias de sua realidade dentro da sala de aula (CALDART, 2000).

A implantação do movimento social como sujeito pedagógico é um processo longo e contínuo, o qual se questiona: *Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que a escola não pode ser vista como o lugar de produção da pedagogia do MST, ela é tratada pedagogicamente pelo Movimento como parte desse processo [...] segundo, Caldart (2000), Pág 240.*

Na perspectiva pedagógica, Germinari (2016) afirma que a escola do campo cumpre um papel privilegiado para a valorização, conhecimento e manutenção da cultura dos moradores e trabalhadores do campo, trazendo valor às práticas cotidianas e modo de vida desses sujeitos. Ademais, as características e especificidades do modo de vida e cultura dos povos do campo se tornam conteúdos para a Educação do Campo, quebrando o acesso e apropriação cultural da classe dominante sobre o campo (GERMINARI, 2016)

Logo após justificar a importância do estudo e investimento de pesquisas sobre a educação do campo, pensando em construir uma educação que dialogue com os alunos de escolas rurais, e expor o contexto social vivido pelos trabalhadores do campo em solo campista,

seguiremos para a apresentação de um material didático elaborado para as escolas municipais da cidade de Campos dos Goytacazes.

2. PLANO DE AULA: A VIOLÊNCIA EM CAMBAÍBA DURANTE O PERÍODO DA DITADURA. QUEM SÃO ESSES CORPOS?

O material a seguir propõe construir uma reflexão sobre a realidade do Regime Ditatorial Brasileiro no território de Campos dos Goytacazes analisando documentos e relatos do desaparecimento e assassinato de Fernando de Santa Cruz, militante e estudante da Universidade Federal Fluminense que foi possivelmente encontrado morto e queimado dentro dos fornos da Usina de Cambaíba.

Esse material de apoio didático é pensado e estruturado para ser usado nos conteúdos: (EF09HI19) *Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos* e (EF09HI20) *Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar* retirados diretamente do site oficial de conteúdos de História da BNCC.¹

O texto a seguir, é baseado na possível utilização dos fornos da fazenda Cambaíba para incineração do corpo de um estudante da Universidade Federal Fluminense, perseguido e assassinado pela ditadura empresarial militar.² Fernando Santa Cruz, hoje é homenageado tendo o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal Fluminense, batizado em seu nome. Como Fernando, pelo menos 12 corpos teriam sido incinerados em Campos.³

Na reportagem realizada em 2014 pelo G1, ocorreu uma reconstituição dos crimes realizados na usina. Foram usados manequins para exemplificar e ilustrar como ocorriam os assassinatos. Segundo o relatório do Ministério Público Federal (MPF), os corpos eram torturados e assassinados na denominada “casa da morte”, localizada em Petrópolis, e eram trazidos para serem incinerados na Usina de Açúcar Cambaíba. O Cláudio Guerra, ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e responsável pela ideia de colocar os corpos na usina cita:

Os corpos chegavam em sacos plásticos pretos amarrados com cordas. Ninguém desconfiava que estávamos queimando pessoas. O movimento era

¹ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

² <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/07/29/mpf-conclui-investigacao-sobre-incineracao-de-corpos-na-usina-de-cambaiba-na-ditadura-militar.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/08/ex-delegado-conta-em-detalhes-como-os-corpos-eram-incinerados-em-usina.html>

disfarçado porque sempre haviam funcionários alimentando os fornos com lenha. O odor forte do vinhoto mascarava o cheiro.
(G1, 2014⁴)

Ao analisar que um estudo de todos os casos incinerados seria inviável para a compreensão do aluno e para o uso do docente dentro da pequena carga horária estabelecida, e quanto à quantidade de conteúdo. Visando a viabilidade do uso desse plano de aula foi escolhido o uso de jogos de escala, relacionando o Macro e Micro interrelacionados e sobrepostos para que o estudante possa alcançar onde o local e o geral se distanciam e se relacionam (COSTA, 2019).

Para que ocorra um maior aprofundamento na utilização da história do ex-militante Fernando Santa Cruz em sala de aula, é necessário entender cada acontecimento que foi analisado e encontrado após sua morte. A partir desse ponto, todas as informações sobre o Fernando Santa Cruz foram retiradas de uma audiência da Comissão da Verdade, realizada em São Paulo.

Ao decorrer dessa audiência, ocorrida no dia 20 de fevereiro de 2013, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foram escutados colegas, pesquisadores e familiares do Fernando, com o fito de julgar o crime de desaparecimento político e assassinato silenciado durante o período ditatorial⁵. A comissão tinha como principal objetivo esclarecer e tornar público a história de inúmeros indivíduos que foram torturados, desaparecidos e/ou mortos por profissionais pertencentes ao regime ditatorial.

Fernando Santa Cruz nasceu em 20 de fevereiro de 1948, em Recife (PE). O movimento estudantil secundarista, entre 1966 e 1968, marca seu início em atividades políticas, sendo preso em um manifestação de rua contra os acordos estabelecidos pelo MEC-USAID. Fernando se mudou para o Rio de Janeiro após a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968 e em 1972, ingressou no curso de Direito na Universidade Federal Fluminense.

Rio de Janeiro, dia 23 de fevereiro de 1974, um sábado de Carnaval, Fernando saiu da moradia de seu irmão, Marcelo de Santa Cruz de Oliveira, para rever seu amigo Eduardo. Antes de sair, Fernando avisou ao seu irmão que caso não retornasse, teria sido preso. Nesse mesmo dia, Fernando e Eduardo foram presos por agentes do DOI-CODI/RJ (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e desapareceram.

⁴ <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/08/ex-delegado-conta-em-detalhes-como-os-corpos-eram-incinerados-em-usina.html>

⁵ 6a Audiência Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" - Caso Fernando Santa Cruz.

Os familiares de ambos foram ao DOI-CODI/SP, que confirmou que os dois jovens se encontravam presos ali. Quando os familiares voltaram para realizar uma visita, foram informados que houve um engano e os jovens não estavam ali. A começar por esse dia, iniciou uma busca incansável das famílias por notícias e a aceitação de um processo de habeas corpus para ambos. Para justificar o desaparecimento, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, efetuou um pronunciamento na televisão em que os desaparecidos foram considerados foragidos e clandestinos, reafirmando que não foram presos por nenhuma instituição governamental.

Maria Amélia de Almeida Teles cita durante a audiência que:

Em entrevista à revista Isto É, de 24 de março de 2004, o sargento Marival Chaves do Canto afirmou ter trabalhado como analista de informações no DOI-CODI/SP e que acompanhou as principais operações comandadas pelo Doutor César, o coronel José Brant Teixeira, e pelo Doutor Paulo, o coronel Paulo Magalhães. Marival declarou que esses dois oficiais [...] foram responsáveis pelo planejamento e execução de uma mega-operação em inúmeros pontos do País para liquidar, a partir de 1973, os militantes das várias tendências da Ação Popular (AP) [...]. Segundo o ex-agente, entre os mortos estão Fernando Santa Cruz Oliveira, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho e Honestino Guimarães [...].
(6a Audiência Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", 2013, Pág. 5)

Dentro do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, escrito por um ex delegado do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), é descrito que Fernando Santa Cruz e outros 9 desaparecidos políticos foram assassinados e incinerados no forno da Usina de Cambaíba, a qual se encontra localizada no município de Campos dos Goytacazes.

Os principais acontecimentos de desaparecimento e perseguição de Fernando Santa Cruz ocorreram durante o governo Ernesto Beckmann Geisel, o quarto militar a assumir a presidência do Brasil durante o período ditatorial.

Pensando em realizar uma aula histórica, seguindo o conceito elaborado por Schmidt, o docente pode imprimir ou disponibilizar virtualmente os documentos relacionados em anexo e entregar aos alunos para que os discentes possam iniciar uma investigação desses materiais. Perguntas norteadoras a serem elaboradas com os alunos podem partir do: *O que conseguimos entender do período em que os acontecimentos com o Fernando Santa Cruz ocorreram pelas informações dos documentos? Quais poderiam ser as motivações que fizeram o Fernando Santa Cruz ser perseguido e assassinado? Como o território de Campos dos Goytacazes participa dos acontecimentos?*

As perguntas acima não são as únicas que podem ser elaboradas com o material, sendo incentivado que os alunos adicionem outros questionamentos após o contato com os documentos disponíveis. Dentro dos documentos, como sugestão para os docentes, é

disponibilizado para utilizar em análises dentro da sala de aula: as datas de emissão dos documentos, datas de desaparecimento e morte do Fernando, jornais censurados, falta de informação sobre o corpo após o assassinato, a organização que o ex-militante participava, ocultação da causa da morte, entre outros.

Utilizando a relação histórica de micro e macro, esse material tem como objetivo auxiliar os discentes da rede pública de ensino campista, a relacionar a cidade em que vivem com as matérias disponíveis pela BNCC no campo da história. Ademais, fomentar no aluno, o sentimento de pertencimento e reconhecimento dentro da história do Brasil e de Campos dos Goytacazes.

Para que possa ser realizada a aula histórica explicada anteriormente, a qual esse projeto se baseia, segue anexado fontes primárias encontradas no Acervo PE - Pernambuco⁶, utilizadas durante a investigação feita pela Comissão da Verdade e fotos retiradas pela autora em uma visita à Usina Cambaíba.

⁶ <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/fernando-augusto-santa-cruz-oliveira>

3. APÊNDICE: DOCUMENTOS E ANEXOS

LOCAL RIO DE JANEIRO - RJ

C I R C U N S T Â N C I A S

Sequestrado em 23 de Fevereiro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, quando se encontrava com o seu amigo Eduardo Collier Filho igualmente sequestrado. Houve informações extra oficiais de que confirmava a prisão de Fernando Augusto pelo órgãos de Segurança, prestada pela Cruz Vermelha Brasileira. Posteriormente a família recebia informações extra-oficiais de que Fernando e Eduardo haviam sido transferidos ~~para~~ do DOI-CODI RIO Para o DOI-CODI São Paulo.

No dia 14 de Março de 1974, no DOI-CODI de São Paulo, uma pessoa identificada como o Carcereiro "Marechal" (alcunha), confirmava que Fernando e Eduardo estavam detidos, inclusive recebeu roupas e objetos de uso pessoal, que posteriormente foram devolvidos.

AÇÃO DA FAMÍLIA (Habeas Corpus / Ação junto a Instituições de Direitos Humanos / Anistia Internacional - Tudo com data, números e resultados)

DATA	AÇÃO	NÚMERO	RESULTADO
	Habeas Corpus		Negaram a prisão efetuada
	Representação	O.A.B.	O Conselho Federal Passou Telegrama ao Min. da Justiça
	Carta a Anistia		
	O.E.A.		O governo negou a prisão e afirmou que ele estava clandestino
	C.N.B.B.		

O U T R A S A Ç Õ E S

Vários parlamentares se pronunciaram sobre o sequestro de Fernando e pediram esclarecimentos ao governo, entre eles se destacam os seguintes pronunciamentos - Fernando Lira, Marcos Freire, Franco Mont Amaral Paixoto, Jarbas Vasconcelos, Marcus Cunha, Alves de Brito, Fernando Coelho. O advogado Sobral Pinto remeteu carta ao Min. da Justiça pedindo esclarecimento sobre a prisão e denunciando a arbitrariedade, vide livro Lições de Liberdade Pg. 130; O Marechal Juarez Távora a pedido da família fez inúmeras Cartas, publicadas posteriormente no Jornal da Tarde. Fernando Constatou da Nota do Min.

da Justiça, expedida em 6.02/75, é apontado como militante da Ação Popular Revolucionária - APRM, conclui a Nota afirmando que ele está na clandestinidade.

Fernando nunca havia sido processado, e contra ele não pesava nenhuma acusação, a não ser uma prisão em uma passeata em Recife, quando era secundarista e menor. Ficou detido por 7 dias no Juiz de menores.

Anexo 1 transcrito:

Local: RIO DE JANEIRO - RJ

Circunstâncias

Sequestrado em 23 de fevereiro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, quando se encontrava com seu amigo Eduardo Collier Filho igualmente sequestrado. Houve informações extra oficiais de que confirmava a prisão Fernando Augusto pelo órgãos de Segurança; prestada pela cruz vermelha Brasileira. Posteriormente a família recebia informações extra oficiais de que Fernando e Eduardo haviam sidos transferidos do DOI-CODI RIO Para o DOI-CODI São Paulo. No dia 14 de Março de 1974, no DOI-CODI de São Paulo, uma pessoa identificada como o Carcereiro "Marechal" (alcunha), confirmava que Fernando e Eduardo Estavam detidos, inclusive recebeu roupas e objetos de uso pessoal, que posteriormente foram devolvidos.

AÇÃO DA FAMÍLIA (Habeas Corpus / Ação junto a instituições de Direitos humanos / Anistia Internacional - tudo com data, números de resultados)

(QUADRO)

OUTRAS AÇÕES

Vários parlamentares se pronunciaram sobre o sequestro de Fernando e pediram esclarecimento ao governo, entre eles se destacam os seguintes pronunciamentos - Fernando Lira, Marcos Freire, Franco Mont Amaral Peixoto, Jarbas Vasconcelos, Marcus Cunha, Alves de Brito, Fernando Coelho. O advogado Sobral Pinto remeteu carta ao Min. de Justiça pedindo esclarecimento sobre a prisão e denunciando a arbitrariedade, vide livro Lições de Liberdade Pg. 138; O Marechal Juarez Távora a pedido da família fez inúmeras Cartas, publicadas posteriormente no Jornal da Tarde. Fernando constou da Nota do Min. da Justiça, expedida em 6.02/75, é apontado como militante da Ação Popular (trecho ilegível) , conclui a nota afirmando que é ele está na clandestinidade.

Fernando nunca havia sido processado, e contra ele não pesava nenhuma acusação, a não ser uma prisão em uma passeata em Recife; quando era secundarista e menor. Ficou detido por 7 dias no Juizado de menores.

CENSURADA

SABADO, 29 DE JUNHO DE 1974

MDB quer saber motivo de prisões

Da Sucursal de
BRASILIA

Protostando contra atentados aos Direitos do Homem, a Comissão Executiva do MDB emitta nota oficial pedindo esclarecimentos ao ministro da Justiça sobre a detenção e paradeiro das seguintes pessoas:

Paulo Stuart Wright, preso em São Paulo, em setembro de 1973, está desaparecido desde então. Ex-deputado estadual por Santa Catarina. Houve dois pedidos de habeas corpus, impetrado perante o Superior Tribunal Militar, que resultaram infrutíferos, uma vez que as autoridades responsáveis pela Segurança negaram a prisão efetuada.

Humberto Camara Neto, estudante de Medicina, 27 anos, ex-membro da União Nacional dos Estudantes — UNE —, colocada na ilegalidade em 1964. Preso no dia 8 de outubro de 1973, na Guanabara, não se tem notícias onde se encontra detido e qual a autoridade responsável pela sua custódia.

Honestino Guimarães — 26 anos, líder estudantil, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, preso no dia 10 de outubro de 1973. Seus familiares impetraram habeas corpus, com o objetivo de localizá-lo, sem êxito, além de haver recorrido às autoridades do país, solicitando que lhe fosse assegurado um julgamento publico e imparcial, sem que isso ocorresse até a presente data.

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, 26 anos, casado, estudante de Direito e funcionário publico, foi preso no dia 23 de fevereiro de 1974, na ci-

dade do Rio de Janeiro, juntamente com Eduardo Collier Filho, 25 anos, ex-estudante de Direito, afastado da Universidade por motivos políticos.

Como sempre tem ocorrido, quando denúncias semóhan'es chegam ao conhecimento do partido, suas lideranças, senadores e deputados, reclamaram providencias das autoridades, sem resultado positivo. Habeas corpus, por igual, foram impetrados, inclusive para localizar o paradeiro do detido.

Luiz Ignacio Maranhão, 60 anos, casado, professor universitário, advogado, foi detido no dia 3 de abril na cidade de São Paulo.

David Capistrano de Costa, 60 anos, casado, pai de três filhos, ex-combatente da Resistência Francesa, ex-deputado estadual pelo Estado de Pernambuco, preso no dia 16 de maio, na cidade de São Paulo, juntamente com José Roman, 55 anos, casado, corretor imobiliário.

José Massena, 55 anos, metáurgico, ex-deputado estadual pelo Estado da Guanabara, casado, pai de três filhos, preso no dia 3 de abril, também na cidade de São Paulo.

Walter de Souza Ribeiro, casado, pai de dois filhos menores, ex-militar e jornalista, preso nos primeiros dias de abril, na cidade de São Paulo.

Ieda Santos Delgado, advogada, foi detida no dia 18 de abril do corrente ano. Até a presente data, não se sabe qual a autoridade responsável pela sua custódia.

Tomás Antonio da Silva Meirelles Neto, preso em 7 de abril do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro. Não se sabe onde se encontra detido e qual a autoridade responsável pela sua custódia.

Uma

Anexo 2 transcrito:

CENSURADA

Sábado, 29 de junho de 1974

Da Sucursal de Brasília

Protestando contra atentados aos Direitos do Homem a Comissão Executiva do MDB emitiu nota oficial pedindo esclarecimento ao ministro de Justiça sobre a detenção e paradeiro das seguintes pessoas:

Paulo Stuart Wright, preso em São Paulo, em setembro de 1973, está desaparecido desde então. Ex-deputado estadual por Santa Catarina. Houve dois pedidos de habeas corpus, impetrado perante o Superior Tribunal Militar, que resultaram infrutíferos, uma vez que as autoridades responsáveis pela Segurança negaram a prisão efetuada.

Humberto Camara Neto, estudante de Medicina, 27 anos, ex-membro - UNE - colocada na ilegalidade em 1964. Presa no dia 8 de outubro de 1973, na Guanabara, não se tem notícias onde se encontra detido e qual a autoridade responsável pela sua custódia.

Honestino Guimarães - 26 anos, líder estudantil, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, preso no dia 10 de outubro de 1973. Seus familiares impetraram habeas corpus, com o objetivo de localizá-lo, sem êxito, além de haver recorrido às autoridades do país, solicitando que lhe fosse assegurado um julgamento público e imparcial, sem que isso ocorresse até a presente data.

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, 26 anos, casado, estudante de Direito e funcionário público, foi preso no dia de 23 de fevereiro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com Eduardo Collier Filho, 25 anos, ex-estudante de Direito, afastado da Universidade por motivos políticos.

Como sempre tem ocorrido quando denúncias semelhantes chegam ao conhecimento do partido, suas lideranças, senadores e deputados, reclamam providências das autoridades, sem resultado positivo. Habeas Corpus, por igual, foram impetrados, inclusive para localizar o paradeiro do detido [...].

RECIBO

Recebi no dia 29/03/96, do Senhor (a) Felipe de Santa Cruz Oliveira, pedido de indenização e outros documentos referente a Lei nº 9.140 de 04.12.95.
Nome do Desaparecidos/Mortos (a) Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

Cristiano Morini

CRISTIANO MORINI
Assistente da Comissão Especial
Desaparecidos Políticos
Lei nº 9.140/95

República Federativa do Brasil



Estado do Rio de Janeiro
PODER JUDICIÁRIO

DR. ROBERTO LUIZ FAUSTO JOBIM, Oficial Vitalício da
QUINTA CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Rua Djalma Ulrich, 154 - 2ª, 5ª e 7ª andares.
COMARCA DA CAPITAL - FREGUESIAS: LAGOA E GÁVEA

CERTIDÃO DE ÓBITO

___CERTIFICA que, revendo o livro 447_C de registro de óbito, dele, à fls. 138, sob o número de ordem 90821, consta o de FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, falecido em 23 de fevereiro de 1974 em hora ignorada no(a) lugar ignorado, do sexo masculino, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e de Flávia Santos de Santa Cruz Oliveira, com a idade de 26 ano(s), profissão funcionário Estadual, estado civil casado com Ana Lucia Valença de Santa Cruz Oliveira, residente à na cidade de São Paulo - SP, natural de Olinda - PE. Deixou um(a) filho(a) menor, não deixou bens, era eleitor e faleceu sem testamento conhecido. Causa mortis : ignorada.. Médico atestante Dr(a). - (vide observações). Local de sepultamento: (vide observações). Declarante: Felipe de Santa Cruz Oliveira. Observações : registro lavrado nos termos da Lei nº 9.140, de 4/12/95 e na forma do "Aviso nº 11" da Corregedoria Geral da Justiça, publicado no Diário Oficial de 19/2/96.-----*



Eu _____, escrevente autorizado, a extraí. O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1996

Tab. II
Atos nº 1, 2 e 11
R\$ 11,00

Oficial do Registro Civil
ROBERTO LUIZ FAUSTO JOBIM
Oficial da 5ª Circ. Reg. Civ. Nat.
Rua Djalma Ulrich, 154 - Copacabana

Anexo 4 transcrito:

DR ROBERTO LUIZ FAUSTO JOBIM, Oficial Vitalícios da QUINTA CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. Rua Djalma Ulrich, 154 - 2 , 5 e 7 andares. COMARCA DA CAPITAL - FREGUESIAS; LAGOA E GÁVEA

CERTIFICADO DE ÓBITO

CERTIFICA que, revendo o livro 447 _C de registro de óbito dele, a fls. 138, sob o número de ordem 90821. consta o de FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, falecido em 23 de fevereiro de 1974 em hira ignorada no(a) lugar ignorado, do sexa masculino, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e de Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, com a idade de 2 ano(s), profissão funcionario Estadual, estado civil casado com Ana Lucia valença de Santa Cruz Oliveira, residente à na cidade de São Paulo - SP natural de Olinda - PE. Deixou um(a) filho(a) menor, não deixou bens, era eleitor e faleceu sem testamento conhecido. Causa mortis : ignorada. Médico atestante Dr(a). - (vide observações). Local de sepultamento: (vide observações). Declarante: Felipe de Santa Cruz Oliveira. Observações: registro lavrado nos termos da Lei N° 9.140, de 4/12/95 e na forma do "aviso n° 11" da corregedoria Geral da justiça, publicado no Diário Oficial de 10/2/96

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
D. T. C.
INSTITUTO FÉLIX PACHECO

Individual Dactiloscópica Método Vucetich

REGISTRO N.º

POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULÁRES	MÍNIMOS
SECÇÃO				

FMM - TC - 118 A

S. S. P.

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO
INSTITUTO FÉLIX PACHECO

REMESSA 804/74

RECONHECIMENTO DE CADÁVER

N.º DE ORDEM
4519/74

REFERÊNCIAS

ORIGEM 4ª	GUIA N.º 536	DATA 26/06/74	RECOLHIDO AO I M L	DATA DA IDENTIFICAÇÃO 26/06/74
NOME Um homem, branco, + 38 anos.				
<u>NÃO</u> FIGURA NESTE INSTITUTO				
NOME				
PAI				
MÃE				
NACIONALIDADE	NACIONALIDADE	DATA DO NASCIMENTO	REGISTRO N.º	

RIO DE JANEIRO - GB, 02 de julho de 1974.

ANGELO REGATO FILHO
Dactiloscopista - Mat. 152336

Luis Gonçalo de Carvalho
DIRETOR
MAT. 702.568

Anexo 5

Anexo 5 transcrito:

Reconhecimento de cadáver

Nº de ordem: 4519/74

Origem: 4.a

Guia Nº: 536

Data: 26/06/74

Recolhido ao: IML

Data da identificação: 26/06/74

Nome: Um homem, branco + ou - 38 anos

Não figura nesse instituto

Rio de Janeiro - GB, 02 de julho de 1974.

ANEXO CL

10.4

(12)

II. CASOS NOS 1341 (MARIA MASCELLANI) e 1344 (FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e EDUARDO COLLIER FILHO)

Quanto a esses casos, cabe somente repetir os dados da nota oficial deste Ministério, divulgada em 6 de fevereiro do corrente ano e constantes dos registros dos Órgãos de Segurança e Informação:

1 - MARIA NILDE MASCELLANI

Filha de TITO PEDRO MASCELLANI e de MARGARIDA SWOBODA, nascida a 03 de abril de 1931, em São Paulo, SP. Demitida, por atividades subversivas, do Curso de Coordenadora Geral do Ensino Vocacional em São Paulo. Foi presa por ter sido indicada em Inquérito Policial instaurado pelo DOPS/SP. Foi posta em liberdade em 20 de março de 1974, pela 7a. Auditoria Militar.

2 - FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA

Filho de LINCOLN DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e de HELENA SANTA CRUZ OLIVEIRA. Militante da organização subversivo-terrorista "Ação Popular Marxista-Leninista - APML". É procurado pelos Órgãos de Segurança e se encontra na clandestinidade.

3 - EDUARDO COLLIER FILHO

Filho de EDUARDO COLLIER e RISOLETA HEIRA COLLIER, nascido em 15 de dezembro de 1940, em Recife, PE. Militante da organização subversivo-terrorista "Ação Popular Marxista-Leninista - APML". É procurado pelos Órgãos de Segurança e se encontra na clandestinidade. Foi preso em 1974, em São Paulo, pela 7a. Auditoria Militar.

Anexo 6 transcrito:

CASOS nº 1341 (MARIA MASCELLANI) e 1344 (FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e EDUARDO COLLIER FILHO)

Quanto a esses casos, cabe somente repetir os dados de nota oficial deste ministério, divulgado em 6 de fevereiro do corrente ano e constantes dos registros dos Órgãos de Segurança e Informação;

1- MARIA NILDE MASCELLANI

Filha de TITO PEDRO MASCELLANI e de MARGARIDA (ilegível), nascida a 03 de abril de 1931, em São Paulo, SP. Demitida, por atividades subversivas, do Curso de Coordenadora Geral do Ensino Vocacional em São Paulo, foi presa por ter sido indiciada em Inquérito Policial Instaurado pelo DOPS/SP. Foi posta em liberdade em 20 de março de 1974, pela 2a. Auditoria Militar.

2 - FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA

Filho de LINCOLN DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e de ELZITA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA. Militante de organização subversivo-terrorista "Ação Popular Marxista Leninista - AP II." É procurado pelos Órgãos de Segurança e se encontra em clandestinidade.




Anexo 7

<https://www.comissaoaverdade.pe.gov.br/index.php/fernando-augusto-santa-cruz-oliveira>



Anexo 8 e 9

Imagens retiradas pela autora



**Eduardo Collier Filho e
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira**

Estão desaparecidos desde 23 de fevereiro de 1947 quando visitavam parentes na Guanabara, EDUARDO COLLIER FILHO, 25 anos, ex-estudante de Direito, que respondia a um processo por atividades políticas na 2.a Auditoria Militar de São Paulo e seu amigo FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, 26 anos, casado, que residia à Rua Diana, 698 — SP, funcionário do D.A.E. do mesmo Estado e estudante de Direito. Indagações formuladas junto a Hospitais, Necrotérios e Autoridades, inclusive ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR foram inúteis e a família de Eduardo Collier Filho, desesperada, apela a quem souber do destino de Eduardo e de seu amigo Fernando Augusto. Informações à Rua Santa Clara n.os 358/101, Copacabana, Rio, GB, ou pelo telefone 255-9177 ou em Olinda, Pernambuco, à Rua Manoel de Barros Lima, 210 — Telefone 29-0442.

RISOLETA MEIRA COLLIER
Rio, 22 de janeiro de 1975

Anexo 10

Anexo 10 transcrito:

Eduardo Collier Filho e Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

Estão desaparecidos desde 23 de fevereiro de 1947 quando visitam parentes na Guanabara, EDUARDO COLLIER FILHO, 25 anos, ex-estudante de Direito, que respondia a um processo por atividades políticas na 2.a Auditoria Militar de São Paulo e seu amigo FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, 26 anos, casado, que residia a Rua Diana, 698 - SP, funcionário do D.A.E. dos mesmo Estado e estudante de Direito. Indagações formuladas junto a Hospitais, Necrotérios e Autoridades, inclusive ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, foram inúteis e a família de Eduardo Collier Filho, desesperada, apela a quem souber do destino de Eduardo e de seu amigo Fernando Augusto. Informações à Rua Santa Clara n.os 358/101. Copacabana, Rio, GB, ou pelo telefone 255-9177 ou em Olinda, Pernambuco, à Rua Manoel de Barros Lima, 210 - Telefone 29-0442.

RISOLETA MEIRA COLLIER

Rio, 22 de janeiro de 1975

REFERÊNCIAS

ATALLAH, Claudia. *Ensino de História, memória e regionalismo - uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes*. MÉTIS: história & cultura – 2019, p.245-265.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “O que é disciplina escolar”. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011. pgs. 31-55.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). rev. e atual. *Comissão Nacional da Verdade Rubens Paiva*. São Paulo: 2013

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORDEIRO, Tássia. *Reorganização espacial da oferta escolar: o fechamento de escolas rurais no estado do Rio de Janeiro*. Revista *Tamoios*, v. 9, 2013.

COSTA, Aryana. *História Local*. In FERREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida de (Orgs). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2019.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996

GERMINARI, Geysa Dongley. *O ensino de história local e formação da consciência histórica: possibilidades para educação do campo*. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 761-776, nov. 2016.

GONÇALVES, Rita de Cássia; GERMINARI, Geysa Dongley. *Livro didático do PNLD campo: considerações sobre ensino de História em escolas localizadas no campo*. *História & Ensino*, v. 25, n. 1, 2019.

MOREIRA, Daiana Junqueira. *Trabalhadores Rurais em Campos dos Goytacazes: Formas Cotidianas de Trabalho e Realidade Social (1920-1950)*. Campos dos goytacazes: UFF,

NEVES, Delma Pessanha. *Por trás dos verdes canaviais: Estudo das condições sociais de constituição e das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiros*. Niterói: EDUFF, 1989, p. 1-76.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Didática Reconstructivista da História*. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende Martins. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

ACERVO PE - PERNAMBUCO. Disponível na internet via correio eletrônico: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/fernando-augusto-santa-cruz-oliveira>